



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO ISNALDO BULHÕES**

PARECER Nº 644 /2017

2ª COMISSÃO – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PROCESSO Nº** 002708/2015 - *Relator: Dep. Isnaldo Bulhões*

**DATA:** 22/10/2015

**AUTOR(A):** CARIMBÃO JÚNIOR

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS ADAPTADOS AS NECESSIDADES DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NOS EVENTOS REALIZADOS NO ESTADO DE ALAGOAS.

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária 177/2015, submetido à 2ª Comissão Parlamentar de Constituição Justiça e Redação:

**I – Relatório**

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa por iniciativa do Deputado Carimbão Júnior, sob a forma de Projeto de Lei Ordinária, com objetivo de dispor sobre a colocação de banheiros químicos adaptados as necessidades de portadores de necessidades especiais nos eventos realizados no Estado de Alagoas.

Assim, o projeto encontra-se nesta comissão, em atendimento as normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

**II – Análise**

Cumpre mencionar, preliminarmente, que, o presente projeto padece de ilegalidade por violação ao que preleciona a nossa legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal no que concerne à Lei que cria despesa sem a correspondente indicação da fonte de custeio. Vejamos:

*i. 100*

**Art. 15.** Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

**Art. 16.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Diante disso, verifica-se que a presente proposição NÃO está dando fiel cumprimento ao que prevê a nossa Constituição e legislação especial, existindo óbice, por ora, para sua tramitação uma vez que não está de acordo com os ditames legais e constitucionais;

### III - Conclusão

Considerando os fundamentos expostos esta Relatoria entende estar prejudicado tal projeto e resolve exarar Parecer de forma CONTRÁRIA à tramitação e aprovação da matéria apresentada.

É o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ MEDEIROS TAVARES, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL DE ALAGOAS – MACEIÓ, 05 de Setembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

PRESIDENTE

RELATOR